

# ESTRATÉGIAS PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Boletim do PFC PPME e do PFC CPE



PÔLE-DETTE



28ª Edição, 3º Trimestre de 2006

## Análise e Estratégia da Dívida PPME

4º WIR estabelece metas para a fase 4	2
Ruanda adota nova estratégia de financiamento público	3
Novos <i>Workshops</i> Nacionais sobre Estratégia da Dívida e Novos Financiamentos	4
Quadro de referência para a política da dívida pública	5
Constatações do <i>workshop</i> do PFC PPME sobre a dívida interna	6
Gana: <i>workshop</i> de análise da estratégia dos novos financiamentos	7
Progressos das Iniciativas de Alívio da Dívida e dos DERP: outubro 2006	8
PFC PPME: Actividades recentes e futuras	10
Assistência Jurídica a PPME - Advocates for International Development (A4ID)	15
Perguntas Técnicas sobre o Alívio da Dívida	16

## Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros

Uganda: Investimento e lucros aumentam, mas é necessário criar mais emprego e fazer o acompanhamento dos activos	12
Actualizações das actividades do PFC CPE	14
Capitais Privados Estrangeiros: Perguntas Frequentes	14

# 4° WIR ESTABELECE METAS PARA A FASE 4

**O** 4° Workshop Inter-Regional realizou-se de 8 a 10 de Maio em Adis Abeba e contou com a participação de gestores da dívida e da ajuda de 36 PPME. Teve por principais objectivos:

- **Informar os PPME sobre os métodos para gestão da fase 4 do PFC PPME.**
- **Permitir aos PPME estabelecer metas para a fase 4, incluindo novas auto-avaliações das capacidades e Planos Nacionais de Fortalecimento de Capacidades.**
- **Trocar experiências na negociação de alívio da dívida e mobilização de novos financiamentos.**
- **Trocar informações sobre melhores práticas em reformas institucionais e legais.**

## Capacitação na Fase 4

A primeira sessão apresentou os objectivos da fase 4, incluindo: 1) a implementação de estratégias nacionais para garantir a sustentabilidade a longo prazo e evitar futuras crises da dívida, 2) o fortalecimento de capacidades sustentáveis nos PPME, 3) a definição de objectivos de capacitação para cada país, e 4) a transferência das responsabilidades de gestão para os Organismos Regionais e os PPME. A discussão resultante indicou a necessidade de os PPME: 1) aprovarem e implementarem estratégias formalmente, 2) conceberem planos de fortalecimento de capacidades para terem uma capacidade sustentável de gestão da dívida e da ajuda, 3) acordarem objectivos de capacitação realistas para o fim da fase, e 4) desempenharem um maior papel na gestão do PFC, incluindo o co-financiamento do programa.

A segunda sessão permitiu aos PPME analisar o novo questionário do PFC para auto-avaliação de capacidades, que foi revisto para se coadunar com os objectivos da fase 4 e incluir mais pormenores sobre dívida externa, dívida interna, novos financiamentos e fortalecimento de capacidades. Depois de discutirem o questionário numa sessão plenária, os PPME definiram os resultados de base que descrevem a situação actual de cada país. Também analisaram as diferenças entre os resultados da auto-avaliação da fase 3 e da fase 4, reflectindo principalmente a ênfase da fase 4 se os PPME estão ou não a aprovar e a implementar as estratégias. Ficou acordado que os resultados de base e os objectivos finais seriam validados pelas autoridades nacionais e apresentados à reunião do Comité Executivo do PFC CBP de Novembro de 2006.

A terceira sessão proporcionou uma oportunidade para os PPME definirem Planos Estratégicos Nacionais, incluindo objectivos pormenorizados e realistas para cada país e as actividades necessárias para alcançá-los, estratégias de mitigação de riscos e possíveis fontes de contribuições financeiras ou em géneros no nível nacional. Os Planos Estratégicos resultantes servirão de guia para todas as actividades dos PIP para a Fase 4.

A quarta sessão focou no requisito da Fase 4 de todos os PPME conceberem Planos Nacionais de Fortalecimento de Capacidades (PNFC). Estes planos têm por objectivo definir as necessidades de capacitação para indivíduos, unidades e agências que lidam com a gestão da dívida, para servir de directivas para as actividades dos PIP e de outras organizações de capacitação. Irão também contribuir para a sustentabilidade do programa e assegurar a apropriação PPME. Uma sessão plenária reviu as directivas e o formato para conceber os PNFC. A seguir, os PPME e os OR definiram as informações e os relatórios a usar para compilar PNFC, o calendário do exercício e como coordenar programas de formação com outras organizações.

## Alívio da Dívida, Novos Financiamentos e Leis/Instituições

As três sessões seguintes do workshop trocaram informações sobre as melhores práticas de negociação de alívio da dívida, mobilização de novos financiamentos de melhor qualidade e fortalecimento do enquadramento institucional e legal para gestão da dívida.

A primeira sessão tratou dos progressos operados na negociação de alívio da dívida. Incluiu a definição dos novos PPME e informações sobre a Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM) e como está a ser implementada nos diferentes PPME. Na discussão subsequente, os países trocaram as suas experiências de processos jurídicos movidos por credores e da assistência anti-processos disponível aos PPME tal como a A4ID (ver página 16). Também apresentaram as suas dificuldades em conseguir que os credores do Clube de Paris e Não-Clube de Paris forneçam alívio, em interpretar o impacto do alívio IADM nos seus orçamentos e fluxos de ajuda líquidos aos seus países e em alargar alívio IADM à América Latina (através do Banco de Desenvolvimento do Caribe e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento).

A segunda sessão tratou dos recentes desenvolvimentos na política e estratégia da ajuda, incluindo os mais recentes desenvolvimentos na implementação da Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda, a

falta de progressos no estabelecimento de sistemas de prestação de contas mútua entre os países em desenvolvimento e os doadores-credores, a análise da melhor prática dos países na avaliação da qualidade e da eficácia da ajuda e na concepção e implementação de estratégias de gestão da ajuda. De seguida, os países discutiram as suas experiências de incumprimento nas promessas de ajuda e os seus esforços para avaliar a ajuda e conceber e implementar estratégias de gestão da ajuda. Exortaram o PFC a integrar uma análise de gestão da ajuda e da dívida para assegurar que a dívida se mantém sustentável após PPME, a incorporar os critérios da Declaração de Paris na metodologia do PFC e a desenvolver um compêndio de práticas dos doadores para assistir na sua formulação de estratégias. Sobretudo, sublinharam que a eficácia da ajuda só melhorará, se os países desenvolverem as suas próprias capacidades para conduzir o processo, e exortaram o PFC a desempenhar um papel principal neste sentido.

A última sessão proporcionou uma oportunidade para os PPME discutirem as melhores práticas institucionais e legais para gestão da dívida. Os PIP apresentaram as conclusões de um estudo do PFC sobre melhores práticas institucionais e legais, seguidas de intervenções do Burkina Faso sobre coordenação e da Nicarágua sobre a sua lei da dívida. As conclusões desta sessão foram que os países precisavam de ter 1) estruturas de coordenação eficazes que integrem gestão da dívida e da ajuda, política macroeconómica e necessidades de gastos nos ODM; 2) agências condutoras ou estruturas de coordenação que implementem políticas de gestão da dívida e da ajuda; 3) equipas técnicas para empreender uma análise “middle-office” de apoio e elaborar documentos da política de financiamento público; 4) procedimentos políticos para assegurar que essas políticas sejam incluídas no orçamento anual; e 5) manuais que definam procedimentos e papéis para implementar políticas e assegurar uma partilha de informações adequada entre as diferentes unidades.

No fim do *workshop*, os PPME expressaram o seu forte apoio ao PFC, incluindo a adaptação contínua da sua metodologia às necessidades dos países. Comprometeram-se a cumprir os objectivos de capacitação e os compromissos financeiros e a implementar as reformas institucionais e legais necessárias que lhes forem exigidas. Também exortaram o PFC a focar cada vez mais na fase 4 em assegurar a sustentabilidade da dívida após o ponto de culminação PPME ajudando os países a analisar, adoptar e implementar novas políticas externas e internas de financiamento do desenvolvimento.

# RUANDA ADOPTA NOVA ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO

**A 10 de Agosto, o Ruanda ultimou a sua nova estratégia de financiamento público, através da adopção das recomendações do Workshop de Estratégia da Dívida e da Ajuda realizado a partir de 31 de Julho** O *workshop*, facilitado pela DRI e pelo MEFMI, envolveu 30 funcionários do Governo e foi financiado pelo MINECOFIN e pelo PFC PPME. Tinha por objectivo identificar como financiar a estratégia de desenvolvimento do Ruanda e o Programa de Investimento a Longo Prazo (LTIP) através

1. da concepção de estratégias de alívio das dívidas externa e interna e dos novos financiamentos a introduzir no orçamento para 2007 e no MTEF (Enquadramento de Despesas de Médio Prazo) para 2007-09;
2. da melhoria da implementação da política de ajuda do Governo do Ruanda (GOR) através da análise do alinhamento dos doadores com esta política e do potencial impacto de um maior alinhamento;
3. da produção de um compêndio das políticas e dos procedimentos dos doadores, que sirva de guia para mobilizar recursos da melhor qualidade junto da comunidade internacional; e
4. da ultimização de um plano de fortalecimento de capacidades para assegurar que as recomendações do *workshop* possam ser implementadas na íntegra, podendo o LTIP assim ser financiado.

## RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

### Dívida Externa

O LTIP, que visa alcançar um PIB *per capita* de US\$900 até 2020, poderia ser financiado sem comprometer a sustentabilidade da dívida, conforme se pode inferir do uso do Quadro de Sustentabilidade da Dívida de Longo Prazo (SDLP) do FMI-Banco Mundial. Pressupondo um alívio da dívida realista (i.e. que nem todos os credores participem em PPME), o Ruanda teria um rácio máximo VA/exportações de 123% em 2012, comparado com o seu indicador de referência da SDLP de 150%, sendo todos os outros rácios sustentáveis.

A Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM) produzirá i) uma queda dramática dos rácios da dívida, seguida de uma passagem do financiamento do FAD e da AID para empréstimos e ii) um efeito compensatório parcial da redução do serviço da dívida fornecido pela IADM (atingindo uma média de US\$10 milhões por ano para os próximos três anos) através da redução de futuros desembolsos do FAD/da AID.

Para manter a sustentabilidade da dívida, o Ruanda terá de manter o endividamento num nível baixo assegurando que 75-80% da ajuda continue a ser em forma de donativos, o que implica um grande aumento de donativos bilaterais. O país irá por isso

adoptar um *plafond* de endividamento numa média de US\$100 milhões por ano para 2007-09 permitindo um máximo de desembolsos, ao mesmo tempo que mantém a dívida sustentável. Também decidiu manter o elemento de donativo actual mínimo de 50% nos novos financiamentos para os próximos 3 anos. Isto não irá reduzir de forma significativa o acesso do Ruanda à ajuda, visto que virtualmente todos os credores fornecem este elemento de donativo.

### Novos Financiamentos Externos

Um financiamento sustentável do LTIP irá também implicar um aumento da ajuda de US\$400 milhões para US\$600 milhões até 2008, que é compatível com as promessas dos doadores de duplicar a ajuda a África até 2010. Também precisará de uma melhoria dramática da eficácia e da absorção da ajuda, dado que o Ruanda já tem um grande montante de ajuda não desembolsada devido a uma execução lenta dos projectos. O alinhamento dos doadores e credores com a política de ajuda do Ruanda (assim como o seu cumprimento dos indicadores de eficácia da ajuda da Declaração de Paris) varia de forma dramática. Será vital melhorar o alinhamento de cada doador, focar os esforços do GOR para aumentar a ajuda nos parceiros de desenvolvimento mais alinhados e diversificar a sua base de doadores. O *workshop* também acordou formas para o Governo poder melhorar os seus próprios procedimentos de compras, gestão financeira e monitorização e avaliação.

Num nível mais macroeconómico, será vital empreender uma análise completa do impacto na economia de um aumento proporcional dos fluxos de ajuda e do equilíbrio entre o investimento e os gastos recorrentes, a fim de avaliar eventuais riscos da Doença Holandesa e garantir gastos e absorção máximos da ajuda sem um impacto negativo na estabilidade macroeconómica.

### Dívida Interna

O *workshop* analisou cenários de reestruturação da dívida pública à *Caisse sociale du Rwanda* (CSR) e constatou que a proposta actual (emissão de obrigações com datas de vencimento múltiplas) é a melhor solução para ambas as partes. Também testou vários cenários para futuras emissões da dívida interna e recomendou que:

- a dívida interna não fosse usada para financiar o LTIP, excepto no caso de défices temporários de liquidez (por exemplo na ajuda dos doadores);
- o foco primário da emissão da dívida interna incidisse no desenvolvimento de mercados financeiros. Isto irá implicar a emissão de pequenos montantes de títulos de prazo mais longo para promover poupanças e investimento a mais longo prazo, passando gradualmente para obrigações decenais;
- para facilitar o desenvolvimento de mercados financeiros, será importante diversificar

vigorosamente as instituições financeiras, através de locação financeira, capital de risco e microfinanciamento.

### Política Macroeconómica

Um financiamento sustentável do LTIP irá também implicar uma implementação acelerada de políticas para aumentar a cobrança de receitas e as receitas da exportação, em parte através de uma estratégia de promoção do sector privado. Será necessário elevar até 2020 o rácio receitas/PIB de 14.5% para 18% e o rácio exportações/PIB de 13.4% para 15%. Esses aumentos deverão ser possíveis, se a cobrança de receitas aumentar com um maior rendimento e uma formalização crescente da economia e se se mantiverem os esforços enérgicos para promover um valor acrescentado mais elevado das exportações.

### O LTIP E OS GASTOS NA REDUÇÃO DA POBREZA

O LTIP implica um aumento proporcional ambicioso das despesas de investimento. Essas despesas precisam ser priorizadas com muito cuidado de acordo com o seu impacto nos indicadores dos resultados visados para o desenvolvimento e os ODM, bem como completadas por uma análise completa das despesas recorrentes necessárias para manter os investimentos (através do processo de orçamentação do programa e do MTEF). Essa análise terá de ser desagregada por distritos para tomar em conta o processo de descentralização. Estes passos ocorrerão durante a elaboração do Orçamento e da Declaração de Prioridades para 2007, do MTEF para 2007-09 e da Estratégia de Redução da Pobreza e Desenvolvimento Económico (EDPRS).

### NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO

O *workshop* também apresentou uma série de recomendações para fortalecer o enquadramento institucional e legal para gestão da dívida e da ajuda, especialmente:

- a criação de um Comité Governamental de Implementação da Política de Financiamento para assistir o Governo na tomada das decisões correctas de financiamento;
- assegurar que os debates orçamentais incluam a discussão dos progressos do financiamento público; e
- uma vasta gama de necessidades em questão de formação e apoio técnicos a aspectos da dívida, da ajuda, macroeconómicos e de gastos anti-pobreza.

De um modo geral, o Ruanda poderia financiar o seu LTIP com um grande esforço quer da parte do Governo quer da comunidade internacional, sem comprometer a sustentabilidade da dívida. Isto incluirá um grande aumento dos donativos, bem como um grande esforço nas receitas orçamentais e receitas da exportação, e uma melhoria da eficácia e absorção da ajuda.

# NOVOS WORKSHOPS NACIONAIS SOBRE ESTRATÉGIA DA DÍVIDA E NOVOS FINANCIAMENTOS

**O Programa de Trabalho do CEMLA para 2006 prevê quatro Workshops Nacionais: Nicarágua (Março), Honduras (Junho), Bolívia (Outubro – co-financiado pela GTZ) e Guiana (Dezembro). Estes Workshops foram concebidos tomando em conta a situação pós-PPME dos países depois de alcançarem o Ponto de Culminação. Por isso, coloca maior ênfase nos novos financiamentos e na redução da pobreza como meios de cumprir os Objectivos do Milénio, sem deixar a parte a necessidade de incluir também o alívio da dívida como parte da estratégia.**

De acordo com o novo contexto e graças à flexibilidade da metodologia do PFC, o CEMLA redefiniu em termos gerais este tipo de eventos para tratar de elementos que apoiem a implementação de políticas mais eficazes, sem ignorar o desenvolvimento de capacidades. Deste modo, ficará assegurado que, por exemplo, estratégias da dívida e novos financiamentos servirão para alcançar metas específicas de planos nacionais de desenvolvimento (PND) ou estratégias de redução da pobreza conforme concebidos pelos próprios países. Consequentemente, o Programa inclui explicitamente uma das directivas para a concepção do seu plano de trabalho que se relaciona com o nível de compromisso, apropriação e liderança que os países membros esperam obter através da redução da sua dependência da assistência técnica externa.

Os países na região operaram progressos significativos no sentido da concepção de novos PND, não só para abordar o sector social como também o sector da produção através da promoção do crescimento económico. Não

obstante, esses esforços precisam ser completados de melhor maneira através da revisão dos requisitos de financiamento, da identificação das áreas que poderiam possivelmente ser financiadas ou das actividades que deveriam ser implementadas para obter o financiamento adicional necessário para alcançar as metas previstas nos planos, que não só envolvem aspectos quantitativos mas, sobretudo, a forma (qualidade) do financiamento.

O desenvolvimento dos eventos mencionados acima pode ser graficamente expresso conforme o seguinte:

A Caixa 1 mostra a necessidade de contar com todas as informações disponíveis e recentes de todos os grupos de trabalho (Dívida Externa e Interna, Novos Financiamentos, Aspectos Macroeconómicos e Redução da Pobreza), assim como a análise histórica relevante (por exemplo, *Portfolio* de Financiamento, Situação Macroeconómica, etc.). Um aspecto-chave na fase preparatória é a avaliação de políticas e procedimentos implementados quer pelos doadores e credores quer pelo Governo; estes, juntamente com os montantes de financiamento, constituem a base para a concepção de uma nova estratégia e de futuras políticas de financiamento.

A Caixa 2 refere-se a pressupostos, tratamento e políticas subjacentes aos diversos cenários de cada grupo, enquanto a Caixa 3 reflecte actividades suplementares a seguir para a implementação de um PND (por exemplo, medidas que visem o aumento da capacidade para implementar projectos e melhorar o enquadramento legal e a coordenação do financiamento.)

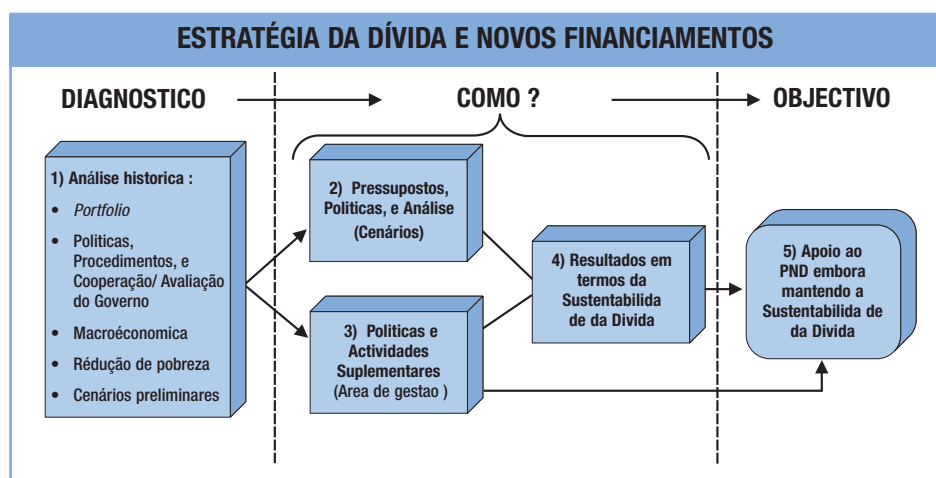
A Caixa 4 mostra a necessidade de contar com um cenário combinado que, para além de incluir um PND e requisitos da estratégia de financiamento (montantes e qualidade), também deverá prever a sustentabilidade da dívida pública. Assim, a estratégia do financiamento torna-se um instrumento que suporta a implementação do Plano (Caixa 5).

O mencionado acima deixa claro que a Análise da Sustentabilidade da Dívida não é um fim em si mas uma ferramenta que ajuda a definir a melhor combinação de financiamento possível que, para além de preencher os requisitos do PND, também poderá reflectir-se numa dívida sustentável. Consequentemente, este exercício começa com a política de preços do PND ou o cumprimento dos Objectivos do Milénio e a análise foca a estratégia de financiamento.

## Características Metodológicas dos Workshops Nacionais

O novo perfil de *Workshops* Nacionais requer uma definição exacta de trabalhos preparatórios prévios, seu teor e mensagens de políticas a incluir nos relatórios. Estes eventos desenvolver-se-ão conforme as seguintes fases:

- A fase de preparação é muito importante para cumprir os objectivos previstos e implica principalmente a revisão de informações disponíveis para a concepção de estratégias, a verificação da base de dados e a concepção de possíveis cenários. Por outro lado, os custos que o país terá de suportar para a implementação do PND deverão ser estabelecidos com uma abordagem de longo prazo.
- O desenvolvimento do workshop consiste na apresentação das perspectivas do Governo com a finalidade de transmitir aos participantes a sua abordagem e os seus resultados esperados, a revisão e a análise dos cenários propostos durante a fase de preparação e a análise dos resultados e a formulação de relatórios. O workshop deverá empreender uma estratégia de financiamento consistente com PND, as restrições da cooperação internacional e a sustentabilidade da dívida de longo prazo.
- O relatório final será revisto por um pequeno grupo responsável pela correcção/revisão deste documento antes da sua apresentação a funcionários do Governo. Um aspecto importante consiste no ajustamento do documento de acordo com o seu propósito, por exemplo usando a terminologia aplicável em conformidade com o enquadramento legal do país ou com a apresentação dos pedidos de financiamento aos doadores/credores.



# QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A POLÍTICA DA DÍVIDA PÚBLICA



PÔLE-DETTE



**E**m Abril de 2006, a *Unidade Regional de Formação em Gestão da Dívida para a África Central e Ocidental (Pôle-Dette)* empreendeu a preparação de um quadro de referência para políticas da dívida pública nos países da zona do franco. Esta iniciativa é uma das principais recomendações das missões de apoio institucional que a DRI e o Pôle-Dette têm organizado desde 2002 em virtualmente todos os países da região, para incitar à adopção de leis de política da dívida pública que cumpram as normas internacionais. A iniciativa empreendida pelo Pôle-Dette visa um regulamento jurídico comunitário (*règlement*) para servir de quadro de referência à elaboração de regulamentos nacionais. Temos de responder a duas perguntas para podermos compreender esta iniciativa.

## I - PORQUÊ UM REGULAMENTO JURÍDICO COMUNITÁRIO?

Esta abordagem é explicada primariamente pelo muitos factores que os países da zona do franco têm em comum. São membros de duas uniões monetárias (Comunidade Económica e Monetária da África Central, CEMAC, e União Económica e Monetária Oeste Africana, UEMOA), que desde a década de 1990 se comprometeram a fortalecer a sua integração económica, monetária e financeira. Esta situação conduziu a uma legislação mais uniforme nas áreas monetária e financeira. Esta convergência, que se atribui primariamente ao facto de os países da zona do franco terem uma moeda comum (o franco CFA - CFAF) emitida pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC), promoveu a integração dos sistemas nacionais monetários, bancários e financeiros. Também levou à existência de uma legislação uniforme nas áreas das actividades bancárias, do sistema financeiro, cambial, da emissão de títulos do Estado e de certos aspectos da gestão fiscal.

Consequentemente, a adopção de um regulamento jurídico comunitário na área da dívida pública é consistente com o objectivo de fortalecer a integração económica e financeira na zona do franco. Além disso, a adopção de um regulamento comunitário tem as vantagens de ser rápido e evitar discrepâncias entre os regulamentos nacionais.

## II - COMO SERÃO VINCULADOS O QUADRO DE REFERÊNCIA COMUNITÁRIO E A LEGISLAÇÃO NACIONAL?

Será adoptado um regulamento comunitário (*Règlement*) para cada uma das duas uniões monetárias, um para a CEMAC e outro para a UEMOA. O teor destes dois *Rèlements* será idêntico e não excluirá a adopção de regulamentos específicos para cada país membro. Porém, os regulamentos nacionais terão em todos os casos de ser consistentes com as disposições do regulamento comunitário. Também está previsto que os regulamentos nacionais (leis, decretos e outros regulamentos) confirmam prioridade máxima ao quadro de referência comunitário nos seus preâmbulos.

A este respeito, o *Règlement* comunitário terá por objectivo primário permitir a interiorização de normas internacionais de gestão da dívida pública através

- Da definição uniforme do âmbito da política da dívida pública, que se aplicará ao endividamento interno e externo contraído directamente pelo Estado ou por unidades descentralizadas do Estado, ou garantido pelo Estado ou pelas suas unidades descentralizadas;
- Da obrigação de estabelecer políticas nacionais da dívida pública: cada país membro será solicitado a implementar uma política da dívida pública estabelecendo as directivas gerais na área do endividamento público e da gestão da dívida pública. Estas directivas determinarão uma estratégia para assegurar que o nível e a taxa de crescimento da dívida sejam sustentáveis, que o serviço da dívida pública seja efectuado com regularidade e que os objectivos de custo e risco do Estado sejam cumpridos. Além disso, as estratégias nacionais da dívida pública estarão consagradas num documento apenso à lei orçamental e incluirão um mínimo de indicações, tais como a justificação do endividamento, *plafonds* da dívida e da garantia, estrutura do *portfolio* e termos indicativos para novos financiamentos, assim como o perfil da sustentabilidade da dívida pública para os próximos 15 anos;
- Da obrigação de os Estados definirem e observarem a competência das administrações e agências envolvidas na formulação, implementação e monitorização da política da dívida pública para evitar a sobreposição de tarefas e conflitos de autoridade, e implementarem um manual de

procedimentos que cubra funções e actividades de gestão da dívida pública;

- Da obrigação de os Estados darem os passos necessários para garantir a transparência no processo da dívida pública, assegurarem a disponibilidade, acessibilidade, qualidade e salvaguarda de dados e informações que envolvam a dívida pública, e submeterem as agências responsáveis pela gestão da dívida pública ou pelo uso de recursos provenientes do endividamento público a auditorias independentes;
- Da obrigação de os Estados implementarem a estrutura para coordenar a política da dívida pública com as políticas monetária e fiscal, ao abrigo de condições (termos de referência e composição) previstas no regulamento comunitário (*Règlement*);
- Da obrigação de os países membros designarem uma única autoridade competente para conduzir negociações e assinar contratos de endividamento e quaisquer outros acordos relacionados com a dívida pública e convenções de garantia emitidos pelo Estado às suas unidades descentralizadas ou a terceiros. O *Règlement* irá também requerer que os Estados se abstenham de garantir empréstimos em condições mais onerosas do que os seus próprios endividamentos.

A legislação nacional terá como objectivo primário estabelecer estas obrigações em cada país membro, primariamente através da interiorização das disposições do *Règlement* comunitário, embora especificando em cada país as modalidades para definir a competência e as responsabilidades na cadeia da dívida e disposições específicas relativas à transparência no processo de prestação de contas da dívida pública. Os regulamentos nacionais também irão organizar a estrutura para coordenação, designar a única autoridade competente na área do endividamento público e das garantias estatais, assim como as condições ao abrigo das quais as agências responsáveis pela gestão da dívida e pelo uso de recursos provenientes do endividamento público serão submetidas a auditorias independentes.

# CONSTATAÇÕES DO WORKSHOP DO PFC PPME SOBRE A DÍVIDA INTERNA



**N**a região do MEFMI, nunca é de mais sublinhar a necessidade de incluir a dívida pública interna na análise global da estratégia da dívida. Isto por três razões:

- 1) As análises estandarizadas da sustentabilidade da dívida que têm sido empreendidas ao abrigo da Iniciativa PPME não tomam em conta o constrangimento global do financiamento do orçamento e os efeitos dos ajustamentos fiscal e monetário nas necessidades de emissão da dívida interna.
- 2) A passagem de endividamento externo para endividamento interno registada numa série de PPME, especialmente à medida que estes se graduam da Iniciativa PPME, poderia minar a sustentabilidade global da dívida e limitar os benefícios que os países obtêm de programas de alívio da dívida externa. O endividamento interno crescente em países membros do MEFMI está a tornar-se uma grande preocupação. Resulta de incumprimentos na ajuda externa, de restrições de programas do FMI que impedem o endividamento externo em termos comerciais e da proibição do financiamento monetário dos défices – obrigando-os a contar mais com o endividamento interno.
- 3) A maioria dos Estados-Membros PPME do MEFMI precisa conceber uma estratégia de emissão da dívida interna que assegure o desenvolvimento a longo prazo do sector financeiro e um aumento das poupanças e do investimento internos.

Além do mais, avaliações passadas têm indicado uma falta de capacidade nos PPME do MEFMI para conceber estratégias da dívida interna. Face a este pano de fundo, o MEFMI organizou um *workshop* regional destinado a analistas de políticas nos Ministérios das Finanças e Bancos Centrais dos países membros PPME. O *workshop* foi concebido para ministrar formação abrangente aos funcionários participantes na análise da estratégia da dívida interna e para estabelecer equipas sustentáveis do Governo capazes de actualizar a análise da estratégia da dívida interna e total, num futuro previsível, com regularidade e com o mínimo de assistência externa.

## Aspectos de Políticas Emergentes do Workshop

A experiência de terreno indica que existem tensões e desafios na gestão da dívida interna pública no contexto de uma gestão macroeconómica mais ampla, incluindo operações das políticas fiscal e monetária. As mais importantes são:

- Para alcançar uma estabilização fiscal, qual seria

o nível de défice fiscal que poderia ser financiado de forma sustentável, com o objectivo de gastar montantes suficientes para cumprir os ODM, sem financiamento externo, e qual seria o nível de dependência da dívida interna?

- Como podem os países harmonizar o objectivo da eliminação do excesso de liquidez para reduzir a inflação com o objectivo do desenvolvimento do sector financeiro e do desenvolvimento que requer um aumento dos rácios M2/PIB e CLE<sup>1</sup>/PIB?

Os países participantes constataram que estes aspectos constituíam componentes essenciais do seu futuro desenvolvimento nacional e que seria crucial continuar a análise da estratégia da dívida interna na região do MEFMI.

## Aspectos de Capacitação

Os principais êxitos do *workshop* foram:

- Formação no registo de dados da dívida interna para efeitos da estratégia e sua transferência do formato Excel para Debt-Pro, assim como formação na produção e interpretação dos resultados globais da sustentabilidade da dívida total.
- Além disso, os grupos de trabalho técnicos durante o *workshop* possibilitaram aos participantes analisar rigorosamente os desafios práticos para empreender uma análise da estratégia da dívida interna nos seus respectivos países.
- Os grupos de trabalho e as sessões plenárias também proporcionaram aos participantes uma oportunidade eficaz para a troca de experiências práticas e lições úteis.
- As sessões de capacitação permitiram a cada país avaliar a sua capacidade para empreender uma ASD da dívida total examinando os pré-requisitos e desenvolver um plano de fortalecimento de capacidades.

Por outro lado, o *workshop* enfrentou três desafios principais:

- Os grupos de trabalho incumbidos de empreender uma análise técnica das previsões fiscal, financeira e monetária não cumpriram a sua tarefa conforme as expectativas, o que reflectiu debilidades na compreensão dos vínculos entre estes sectores. Isto requer uma formação específica dos quadros relevantes para lhes atribuir a competência e os conhecimentos apropriados.
- A incapacidade dos Estados-Membros de nomear participantes com competência técnica suficiente para reunir os critérios necessários para constituir equipas técnicas nacionais após o *workshop*. Isto implica que os países poderão não ser capazes de empreender as suas próprias Análises da Estratégia da Dívida Interna ou fornecer peritos regionais para assistir outros

países nesta área.

- Os dados usados para os exercícios de estudos de casos durante o *workshop* continham algumas inconsistências, o que significou que os participantes tiveram de gastar tempo considerável a melhorar a qualidade dos dados durante o *workshop*.

## Próximos Passos

Os países participantes e os parceiros de implementação apresentaram uma série de recomendações para assegurar a adopção de estratégias sustentáveis da dívida interna:

- Os Governos PPME precisam garantir a nomeação dos participantes apropriados para comparecer a eventos de formação.
- A análise da sustentabilidade da dívida interna precisa ser incluída em *workshops* nacionais para assegurar a transferência de capacidades para o número máximo de quadros qualificados.
- Todos os países participantes precisam aumentar a competência para tratar de áreas técnicas específicas, especialmente os sectores fiscal, monetário e financeiro.
- A ferramenta analítica Debt-Pro precisa ser instalada numa gama mais vasta de escritórios/gabinetes e os quadros precisam ser sensibilizados para a sua utilidade através da melhoria do fluxo e da coordenação de informações.
- Após os *workshops* de formação, os participantes precisam ser incorporados em equipas nacionais para implementar as metodologias da estratégia da dívida transmitidas pelo PFC. Isto requer acompanhamentos por parte dos parceiros de implementação para assegurar a sustentabilidade posterior da capacidade para gerir a dívida interna pública desenvolvida durante os *workshops*.
- Após a formação, os quadros deverão formar os seus colegas a nível nacional/interno para disseminar a competência adquirida. Isto ajudaria a facilitar a implementação de melhores práticas nos respectivos países.
- Os Governos precisam maximizar a retenção de quadros e os pacotes de remuneração para garantir que a retenção de peritos se mantém a níveis sustentados. Os participantes criticaram as práticas da função pública de transferência de quadros sem tomar em consideração as contribuições destes em áreas específicas, o que mina em grande medida as acções de capacitação.

O MEFMI e a DRI focarão as suas futuras acções de capacitação nestas áreas a fim de assegurar que a dívida interna não só se mantém sustentável como também dá a contribuição máxima ao desenvolvimento nacional nos Estados-Membros PPME.

<sup>1</sup>. CLE = Crédito Líquido à Economia

# GANA: WORKSHOP DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DOS NOVOS FINANCIAMENTOS



**N**a sequência do empreendimento do Gana ao alcançar o ponto de culminação PPME e receber alívio ao abrigo da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM), o WAIFEM e a DRI organizaram um Workshop Nacional de Estratégia dos Novos Financiamentos de 3 a 14 de Julho em Acra. Seis peritos nacionais e três consultores regionais e internacionais facilitaram o workshop. Participaram funcionários do Ministério das Finanças e Planeamento, do Banco do Gana, do Departamento de Controller e Contabilidade Geral, da Comissão Nacional de Planeamento do Desenvolvimento, dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes, da Energia, do Governo Local, do Desenvolvimento Rural e Ambiente, e de outras ADM.

O *workshop* ministrou formação abrangente aos funcionários ganenses na análise de aspectos da estratégia dos novos financiamentos e identificou uma equipa técnica de funcionários que poderia no futuro actualizar a estratégia do Gana com regularidade e com um mínimo de assistência externa. O *workshop* também assistiu o Gana na consolidação da sustentabilidade da dívida após a Iniciativa PPME através da definição e implementação de políticas nacionais para mobilização de novos financiamentos.

O *workshop* cobriu os seguintes temas amplos:

- revisão da ajuda que o Gana tem recebido nos últimos anos, desagregada por empréstimos/donativos, por tipos (programas, projectos, outros), por doador/credor e por condições para aceitação de financiamento, mobilização e reembolso;
- revisão dos perfis de compromisso e desembolso por cada doador/credor e elaboração de um perfil de desembolso específico de cada país para empréstimos e donativos;
- análise dos procedimentos e práticas usados pelos doadores/credores e pelo Governo e seu impacto na mobilização de donativos e empréstimos e identificação dos doadores/credores prioritários do país para um aumento proporcional de futuros fluxos de ajuda;
- concepção de cenários de novos financiamentos externos e financiamento de défices para fazer face às necessidades de financiamento de um programa acelerado de redução da pobreza para o Gana;
- projecção de cenários macroeconómicos alternativos para vinte anos, sobre orçamento, balança de pagamentos e PIB; e

- projecção das necessidades de gastos anti-pobreza para vinte anos.

## Metodologia

O *workshop* usou a metodologia do PFC PPME do *Workshop* Nacional de Estratégia da Dívida e dos Novos Financiamentos, dividindo os participantes em cinco grupos técnicos – Especialistas do *Portfolio* e Dados da Dívida, Analistas da Estratégia da Dívida Interna, Analistas da Estratégia dos Novos Financiamentos, Analistas Macroeconómicos e Analistas da Redução da Pobreza. Em cada grupo, os participantes executaram tarefas técnicas relevantes, completadas por conferências, exercícios práticos e apresentações plenárias.

O *workshop* projectou dois cenários macroeconómicos, dois para a dívida interna e três para o financiamento externo.

- *cenários macroeconómicos* O cenário de base foi consistente com as projecções do PRGF e com o enquadramento macroeconómico do orçamento para 2006. O cenário optimista pressupõe um crescimento do PIB real de 8 por cento.
- *cenários da dívida interna*. O cenário de base incluiu a política actual para reduzir a carga da dívida interna através da redução dos custos de endividamento. O cenário optimista acelerou o prolongamento do perfil de vencimento da dívida interna ao introduzir obrigações de 5, 7 e 10 anos para reduzir o custo do endividamento público.
- *cenários dos novos financiamentos*. O cenário 1 incluiu as expectativas actuais dos Parceiros de Desenvolvimento conforme acordadas no recente encontro do Grupo Consultivo. O cenário 2 pressupõe um financiamento acelerado para cumprir os ODM e incluiu um ligeiro aumento do financiamento dos empréstimos após 2015, tendo o cenário 3 pressuposto um endividamento comercial acelerado a partir de 2007 para fazer face às necessidades de gastos em infra-estruturas relacionadas com os ODM para projectos com auto-financiamento.

## Constatações e recomendações

Em 2004, a dívida externa caiu drasticamente para US\$6,447.9 milhões, reflectindo a anulação de US\$1,624.9 milhões ao abrigo de PPME. Em 2006, caiu para cerca de US\$2 mil milhões, como resultado do alívio IADM, libertando recursos adicionais para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Por outro lado, a dívida interna do Gana aumentou em 4.1% entre 2004 e 2005 (embora caindo como percentagem do PIB), devido em grande parte a novas emissões do *Stock* de Reavaliação para o Banco do Gana. Não obstante, o perfil da dívida interna mudou para o sentido de dívida com vencimentos a mais longo prazo, o que representou 31% em 2005.

O *workshop* demonstrou que a dívida externa do Gana era sustentável no cenário de base em termos de solvência comparada com as exportações, as receitas orçamentais e o PIB. Isto deveu-se principalmente à redução significativa do *stock* da dívida externa na sequência da entrega do alívio da dívida da Iniciativa PPME Reforçado e da IADM, que reduziram o indicador VA/EBS para menos de 50% em 2006. No entanto, se o Gana se endividasse de forma não-concessional, a sua dívida passaria a ser insustentável comparada com as exportações a partir de 2018. Contudo, devido ao pressuposto de aumentos consideráveis nas receitas orçamentais, os rácios VA/orçamento do Gana mantiveram-se sustentáveis.

Os resultados do *workshop* também indicaram que o Gana corre riscos elevados de insustentabilidade da dívida interna, em termos de rácios de solvência e de liquidez comparados com as receitas orçamentais. Apesar da determinação do Governo em reestruturar a dívida através do prolongamento do perfil de vencimento, aumentos do endividamento interno para investimentos e desenvolvimento do mercado poderiam causar insustentabilidade.

Por último, prevê-se que a dependência do Gana em termos da ajuda, aumente de forma significativa a curto-médio prazo, como resultado de um maior endividamento e de desembolsos mais rápidos para financiar os ODM. Porém, a síndrome da dependência da ajuda diminuiria a médio-longo prazo, à medida que a base das exportações da economia se alargue e a cobrança de receitas melhorar.

# PROGRESSOS DAS INICIATIVAS DE ALÍVIO DA DÍVIDA E DOS DERP: OUTUBRO DE 2006

Países	Datas PPME II		Datas DERP		Iniciativa PPME
	Decisão	Culminação	Provisório	Final	Participação dos Credores
Angola	nenhum calendário actual		2005	...	ND
Benim	7/00	3/03	7/00	3/03	99%
Bolívia	2/00	6/01	2/00	6/01	95%
Burkina Faso	7/00	4/02	5/00	7/00	76%
Burundi	8/05	meados de 2007	1/04	4T2006	84%
Camarões	10/00	05/06	10/00	7/03	98%
Chade	5/01	fins de 2007	7/00	7/03	93%
Comores	meados de 2007	...	05/06	2007	NA
Congo, Rep.	03/06	fins de 2009	12/04	4T2006	60%
Congo, Rep. Dem.	7/03	2007	6/02	4T2006	93%
Costa do Marfim	meados de 2007	...	3/02	...	ND
Etiópia	11/01	4/04	3/01	9/02	92%
Gâmbia	12/00	fins de 2007	12/00	7/02	81%
Gana	2/02	7/04	8/00	4/03	90%
Guiné	12/00	2007	12/00	7/02	85%
Guiné-Bissau	12/00	2009	12/00	2006	81%
Guiana	11/00	12/03	11/00	9/02	81%
Honduras	7/00	4/05	7/00	10/01	93%
Iémen	6/00	...	2/01	8/02	ND
Laos	nenhum calendário actual		4/01	12/04	ND
Libéria	meados de 2007	...	4T/2006	fins de 2007	ND
Madagáscar	12/00	10/04	12/00	11/03	91%
Malawi	12/00	3T2006	12/00	8/02	97%
Mali	9/00	3/03	9/00	3/03	85%
Mauritânia	2/00	6/02	ND	1/01	90%
Moçambique	4/00	9/01	4/00	9/01	88%
Myanmar	nenhum calendário actual		nenhum processo DERP		ND
Nicarágua	12/00	1/04	12/00	9/01	87%
Níger	12/00	4/04	12/00	2/02	86%
Quénia	ASD Nov. de 2003		8/00	2/04	ND
Rep. Centro-Africana	4T2006	...	1/01	4T2006	ND
Ruanda	12/00	4/05	12/00	8/02	95%
São Tomé e Príncipe	12/00	2006	4/00	8/05	85%
Senegal	6/00	4/04	6/00	12/02	81%
Serra Leoa	3/02	2006	9/01	7/05	87%
Somália	nenhum calendário actual		nenhum processo DERP		ND
Sudão	nenhum calendário actual		...	...	ND
Tanzânia	4/00	11/01	3/00	12/00	90%
Togo	fins de 2007	...	...	...	ND
Uganda	2/00	5/00	ND	5/00	96%
Vietname	ASD 2002		4/01	6/02	ND
Zâmbia	12/00	4/05	7/00	5/02	97%
Eritreia	nenhum calendário actual				ND
Haiti	Out de 2006	3T 2008	Out de 2006	fins de 2007	ND
Quirguistão	nenhum calendário actual			02/03	ND
Nepal	nenhum calendário actual			11/03	ND

Fontes:  
Governos PPME,  
FMI e Banco Mundial

As datas para os pontos de decisão e de culminação PPME e para os DERP são as da aprovação final dos Conselhos Executivos das IBW. A maioria dos Governos publicou DERP vários meses antes da aprovação por parte das IBW.

O Malawi alcançou o seu ponto de culminação e qualificou-se para IADM em Setembro de 2006, enquanto o Haiti tornou-se elegível para alívio PPME com base na sua ASD preliminar em Setembro de 2006. Prevê-se que o Haiti alcance o seu ponto de decisão em Outubro de 2006.

Aspectos-Chave do Alívio da Dívida e dos Novos Financiamentos	Aspectos Chave Macroeconómicos e de Redução da Pobreza
A ASD do PFC PPME indica rácios inferiores aos límiars PPME	Discussões para novo programa monitorado do Fundo (PMF) em curso
A maioria dos credores fornece alívio, insustentável devido a novo endividamento. IADM	Prevista 1ª revisão do novo PRGF. DERP II previsto para breve
Dívida externa sustentável/exportações. Porém dívida total insustentável conforme os critérios fiscais quando a dívida interna é incluída. IADM	Acordo stand-by terminou em Março de 2006.
O Kuwait e a Arábia Saudita oferecem reescalamentos não-comparáveis. IADM	6ª revisão do PRGF em curso. DERP no trilho
Alcançou o ponto de decisão em Agosto de 2005	DERP final previsto para 4T2006. PRGF mantém-se no trilho.
Alcançou PdC da iniciativa PPME em Maio. IADM. Ainda a enfrentar processos.	PRGF e DERP no trilho. 2ª revisão do PRGF no 4T 2006.
O BIsD e o BADEA fornecem assistência interina	Celebrado acordo com a AID em questões de receitas petrolíferas. DERP actualizado a concluir em 2007.
O PD pode ser alcançado em meados de 2007 se o PRGF for concluído até fins de 2006. Atrasados elevados.	PRGF a negociar. DERP previsto para 2007.
PD acordado em Março de 2006; PC em condições de Colónia. Alívio interino do FMI pendente de negociações com o Clube de Londres. Processos continuam	Prevê-se que o PRGF se mantenha no trilho. DERP previsto para fins de 2006.
EUA único credor do CP até agora a ultimar alívio. Acordos com 13 credores comerciais assinados	DERP completo adoptado em Julho de 2006. PMF para Abril-Dezembro de 2006.
PD atrasado devido a conflito civil. Qualifica-se potencialmente com VA/receitas=361%	Novo DERP-P previsto para 2007. Discussões sobre EPCA em curso.
Ainda por concluir com alguns credores não-Clube de Paris. IADM	Nenhum PRGF planeado actualmente. Novo DERP preparado.
Alívio interino do FMI suspenso, limite do alívio interino da AID e do FAD alcançado	Novo PRGF a negociar.
Assinou acordos com quase todos os credores. IADM	PRGF actual termina em Outubro de 2006. DERP actualizado aprovado.
Alívio interino do FMI, BAD, CP suspenso. O Egipto, o Kuwait, a Arábia Saudita e Marrocos dispostos a fornecer alívio	Novo Governo confirmou compromisso face a um programa do FMI.
Só a AID e o BAD a fornecer alívio interino	EPCA projectado para 4T2006
Processo relacionado com obrigações do Estado em curso. IADM	Progressos satisfatórios no PRGF
CP condições de Colónia sobre o stock acordadas em Maio; com topping up adicional. IADM	DERP e PRGF no trilho
Rácios inferiores aos límiars PPME por isso tratamento do stock de Nápoles do Clube de Paris	Crescimento mais lento na sequência da queda na produção petrolífera
Apesar da elegibilidade, o Governo não deseja participar na Iniciativa PPME	PRGF expirou em Abril de 2005, nenhum desenvolvimento novo
Stock da dívida estimado em \$3 mil milhões (600% do PIB), quase todo em atrasados	PMF acordado até Set. 2006. Processo do DERP teve início
Muito avançado com o alívio do CP, contactando todos os credores não-CP. IADM	Nenhum PRGF acordado em Julho de 2006.
PC mais topping up alcançados em Setembro; IADM aprovada	PRGF no trilho. Novo DERP por aprovar
Dificuldades com credores não-CP e credores comerciais. IADM	Concluída 4ª revisão do PRGF
Insustentável devido a falta de alívio de credores árabes. IADM	Revisão satisfatória do PMF, PRGF em curso.
Acordos com a China, o Kuwait e a África do Sul. IADM	4ª revisão do PRGF concluída satisfatoriamente. Novo DERP por ultimar.
Nenhum crédito do BM desde 1987. Provavelmente insustentável	Nenhum programa do FMI desde 1981-82
Estratégia da dívida forte e plafond ao endividamento. Novo alívio não-CP mas processos continuam. IADM	PRGF prolongado até Dez de 2006. DERP no trilho, mas menos bem sucedido na área da saúde
Nenhum acordo com credores não-Clube de Paris. Taiwan ganhou processo. IADM	PRGF no trilho, crescimento modesto em 2006. Novo DERP a ser preparado.
A ASD indica rácios inferiores aos límiars PPME. Alívio nas Condições de Houston do CP	2ª revisão do PRGF ainda em discussão
Acumulação de atrasados significativos	Programa de emergência de assistência pós-conflito (EPCA) aprovado em 2004. A preparação do DERP foi retomada
Plafond a novos endividamentos. Recebeu topping up no PC. IADM	No trilho com o novo PRGF assinado em Junho de 2006. DERP-II previsto para meados de 2007.
Deverá receber alívio retroactivo do CP na sequência do novo PRGF	PRGF satisfatório. Primeiro relatório de progressos do DERP apresentado às IBW
Beneficiou de alívio de credores não-CP. IADM	PRGF expirou em Abril de 2006, PSI em discussão. DERP no trilho.
Processos da ordem dos US\$35m. Alívio interino do BAD retomado em Julho de 2005, o FIDA e o BADEA fornecem liquidação de atrasados	PRGF e DERP no trilho
Acumulando grandes quantias de atrasados aos credores. O Banco Mundial empenhado ao abrigo de LICUS	Nenhum programa do FMI desde 1987, nenhum processo DERP
O FMI exortou a minimizar financiamentos não-concessionais. Necessidade de liquidar atrasados.	PMF prolongado durante 2006. DERP-P em preparação
Beneficiou de alívio não-CP (Bulgária, China e Kuwait). IADM	4ª revisão do PRGF concluída. Novo DERP publicado em 2005
Qualifica-se potencialmente com VA/receitas de 394%	Discussões sobre PMF em curso. O Governo aprovou o DERP-P em Nov 2004
Plafond a novos financiamentos, procura obter mais donativos visto que a dívida é insustentável. IADM	PSI aprovado em Jan 2006. DERP revisto em Agosto de 2005
Relatório dos Conselhos sobre elegibilidade PPME previsto	Nenhum PRGF actual
Processos pendentes. IADM	PRGF no trilho. DERP revisto previsto para breve.
Qualifica-se potencialmente com VA/exportações de 362%	Rascunho do DERP-P concluído mas a continuação dos trabalhos foi interrompida. PMF em discussão.
Possível alívio PPME de US\$ 139m em termos de VA.	PRGF a aprovar, juntamente com o PD, em Out de 2006. DERP-P em preparação
Qualifica-se potencialmente com VA/receitas de 345%	Previsto novo DERP. PRGF no trilho.
Qualifica-se potencialmente com VA/exportações de 201%. Autoridades indecisas quanto a participação em PPME	PRGF expira em Nov de 2006, poderia passar para PMF com agravamento macroeconómico.

## **Workshops/Seminários Regionais**

O 4º Seminário Inter-Regional de Gestores da Dívida realizou-se em Adis Abeba no mês de Maio (ver página 2).

O 1º Workshop Regional do MEFMI de Estratégia da Dívida Interna realizou-se na Zâmbia no mês de Julho (ver página 6).

## **Pôle-Dette: Seminário Regional sobre Melhores Práticas Legais e Institucionais.**

Imediatamente após o workshop inter-regional, o Pôle-Dette e a DRI organizaram a 11 de Maio um seminário sobre melhores práticas internacionais em gestão da dívida destinado a gestores da dívida e dos novos financiamentos de PPME francófonos africanos. O seminário só teve a duração de um dia porque visava completar o workshop inter-regional, encorajando os PPME francófonos a fortalecer os seus acordos legais e institucionais para gestão do financiamento público. Como resultado, o seminário permitiu aos participantes apresentar recomendações pormenorizadas sobre:

- Um enquadramento legal genérico para gestão da dívida pública na Zona do Franco, com base na experiência nacional do Burkina Faso de elaboração de uma lei nacional.
- O fortalecimento da coordenação da gestão da dívida com a política macroeconómica, através de comités nacionais da dívida e do financiamento, tais como a Comissão Nacional da Dívida do Benim.
- Melhores práticas de monitorização e análise da ajuda, incluindo a concepção e implementação de estratégias nacionais da ajuda, e compilação de compêndios das políticas e práticas dos doadores.
- Melhoria das técnicas de gestão e dos fluxos de informação dentro do Governo, através da concepção de um manual de procedimentos para gestão da dívida pública e do financiamento público.

## **Pôle-Dette: 2º Workshop Regional de Análise da Sustentabilidade da Dívida Interna**

O Pôle-Dette e a DRI organizaram este seminário em Dacar, Senegal, de 22 de Maio a 1 de Junho, que ministrou formação a 41 gestores da dívida interna de 9 países africanos francófonos numa nova metodologia mais profunda para análise da sustentabilidade da dívida interna e formulação de estratégias para reestruturação da dívida interna e emissão de novos instrumentos da dívida interna. Após um dia de apresentações introdutórias, o resto da primeira semana foi dispensado ao trabalho de grupo técnico a fim de: construir bases de dados da dívida interna e empreender revisões do portfólio; determinar a necessidade de emissão da dívida para financiar as políticas fiscal e monetária; e analisar uma potencial procura de dívida pública nos mercados financeiros. A segunda semana combinou o trabalho destes grupos em três estratégias de financiamento público e simulou os seus resultados para a futura sustentabilidade da dívida interna, políticas fiscal e monetária e o desenvolvimento de mercados financeiros. O workshop serviu-se de um estudo de caso dos Camarões para praticar a metodologia. Contudo, cada país preparou a sua própria base de

dados nacional da dívida interna e revisão do *portfólio*, tendo também revisto as suas necessidades de capacitação em dívida interna e como a análise da sustentabilidade da dívida interna poderia ser aprofundada em futuros *workshops* nacionais.

## **Workshops Nacionais**

**Bolívia:** O CEMLA mobilizou co-financiamento para o PFC, através da agência alemã de cooperação para o desenvolvimento GTZ, para ajudar a Bolívia a conceber uma Estratégia Nacional para financiar os ODM. O Coordenador do PFC no CEMLA empreendeu uma missão de coordenação de 24 a 29 de Julho para ultimar os preparativos técnicos, financeiros e logísticos. De 21 a 25 de Agosto, uma Missão Preparatória trabalhou com um Grupo de Trabalho Técnico Nacional para rever as informações disponíveis para preparar uma Estratégia Nacional e acordou com o Governo o foco e os resultados esperados do *workshop*. A missão operou de forma estreita com funcionários do Ministério do Planeamento do Desenvolvimento, do Ministério das Finanças, do Banco Central da Bolívia, da Fundação Jubileu da Bolívia e da GTZ. A missão permitiu ao Grupo Técnico planear as tarefas a executar para assegurar um *workshop* nacional coroado de êxito, previsto para meados de Outubro.

**Congo.** O *workshop* nacional foi organizado de 19 de Junho a 1 de Julho e ministrou formação a 32 técnicos de todas as agências envolvidas em gestão da dívida e dos ministérios envolvidos com gastos na redução da pobreza. O *workshop* simulou quatro estratégias financeiras e decidiu que a estratégia que mais provavelmente manteria a sustentabilidade da dívida de longo prazo, fornecendo ao mesmo tempo financiamento suficiente para a redução da pobreza, era a estratégia que combinava alívio da dívida PPME com um cenário macroeconómico optimista com base nos preços actuais elevados do petróleo. Os seus resultados foram:

- a dívida externa passará a ser de novo sustentável antes do ponto de culminação, devido à percentagem elevada de dívida a credores bilaterais;
- as finanças públicas tornar-se-ão gradualmente sustentáveis: o rácio serviço da dívida para receitas orçamentais será de 12.2% em 2006, caindo vertiginosamente para 5.4% em 2020;
- os critérios de convergência económica da CEMAC relacionados com a dívida serão respeitados a partir de 2007, com uma redução dramática da dívida/PIB e mais nenhuma acumulação de atrasados.

Contudo, a implementação desta estratégia dependerá do facto de se manterem os novos financiamentos do Governo concessionais, preenchendo as condicionalidades estabelecidas para alcançar o ponto de culminação no fim de 2007 e usando as receitas petrolíferas actuais para diversificar a economia da concentração no petróleo.

**Gana.** O *Workshop* Nacional de Análise da Estratégia dos Novos Financiamentos realizou-se no mês de Julho em Acra (ver página 7).

**Honduras.** O *Workshop* Nacional de Estratégia da Dívida e dos Novos Financiamentos realizou-se em Tegucigalpa, de 19 a 24 de Junho. Visava actualizar a Estratégia, através do empreendimento de uma análise abrangente da política de financiamento da dívida e do desenvolvimento com base na melhor prática internacional, e fortalecer as capacidades dos quadros para analisar e negociar alívio da dívida e novos financiamentos. O evento permitiu a uma equipa nacional apresentar um relatório completo aos decisores, que apoiaram firmemente o trabalho da equipa. As conclusões e recomendações chave foram:

- 1) A dívida pública externa das Honduras é sustentável durante todo o período da projecção, salvo se houver um aumento do financiamento não-concessional.
- 2) As Honduras têm espaço adicional para novos financiamentos comparado com o que foi incluído no programa actual do FMI, especialmente devido aos efeitos da IADM, mesmo antes de qualquer alívio possível do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.
- 3) Contudo, o alívio da dívida IADM, especialmente se fornecer liquidez adicional, poderia dar uma contribuição crucial para a sustentabilidade da dívida e o financiamento dos ODM.
- 4) Dada a possibilidade de combinar a sustentabilidade da dívida com níveis mais elevados de financiamento externo, as Honduras deverão tentar cumprir os ODM de forma mais rápida e abrangente.

**Nigéria: Seminário de Sensibilização.** O WAIFEM e a DRI organizaram com o Gabinete Nigeriano de Gestão da Dívida (DMO) um seminário sobre estratégias de financiamento da dívida e do desenvolvimento a nível estatal para 95 participantes dos 36 Estados da Federação da Nigéria de 14 a 15 de Junho em Abuja, ao abrigo de um projecto financiado pelo DFID Nigéria à margem do PFC PPME. O seminário constatou que era essencial para os Governo dos Estados:

- Estabelecer gabinetes de gestão da dívida e desenvolver a capacidade de gestão da dívida para aumentar as perspectivas de manter a sustentabilidade da dívida.
- Assegurar novos financiamentos de melhor qualidade e alargar a sua base de doadores a fim de aumentar os donativos para uso no desenvolvimento económico e na redução da pobreza.
- Adotar melhores práticas no registo da dívida através do uso de um sistema internacional tal como o CS-DRMS; e
- Observar as directivas para financiamento externo e interno, contidas na Lei e Proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal do DMO, para evitar uma acumulação de dívida e serviço da dívida insustentáveis.

**Ruanda.** O *Workshop* Nacional de Estratégia da Dívida e da Ajuda realizou-se no mês de Agosto (ver página 3).

# RECENTES E FUTURAS

## Missões Institucionais/de Acompanhamento

**Gâmbia.** O WAIFEM e a DRI conduziram uma Missão de Gestão Institucional de 5 a 15 de Junho, ao abrigo de um projecto de Assistência Intensiva financiado pelo DFID. A missão avaliou o enquadramento institucional para gestão da dívida e da ajuda e sublinhou a necessidade de actualizar a Lei dos Empréstimos, de uma política coordenada da dívida e da ajuda a preparar por um Comité de Coordenação da Gestão da Dívida e da Ajuda (ADMCC), de uma Unidade Central de Coordenação de Projectos e da Ajuda dentro do Departamento do Estado para Assuntos Financeiros e Económicos (DOSFEA) e de assegurar uma prestação de contas da dívida mensal, trimestral e anual a todas as partes interessadas. A missão também teceu muitas recomendações para fortalecer a gestão da dívida interna, incluindo encontros semanais entre o Banco Central da Gâmbia e o DOSFEA para discutir políticas, a implementação de operações de recompra da dívida interna, a sensibilização para aprofundar o mercado, e um código de conduta para participantes no mercado. Por último, a missão acordou com o Governo um programa de trabalho para concluir o Projecto até inícios de 2007, incluindo a formação básica de novos quadros, um *workshop* nacional de sustentabilidade da dívida e novos financiamentos e missões para ultimar um plano de fortalecimento de capacidades e um manual de procedimentos.

**Niger.** O Pôle-Dette empreendeu uma missão de apoio institucional de 10 a 21 de Julho, cujo principal objectivo era identificar com as autoridades nigerinas as medidas-chave necessárias para aproximar os aspectos institucionais e legais da gestão da dívida das melhores práticas internacionais. A missão constatou que existe uma estrutura institucional e legal clara para a gestão da dívida e que o Governo está a envidar esforços importantes para fortalecê-la ainda mais. No entanto, esses esforços precisam de assentar numa visão abrangente e coerente da estratégia nacional da dívida e ser suportados por instrumentos legais tanto a nível macro-administrativo como micro-administrativo. A missão também recomendou o fortalecimento das estruturas para coordenar a gestão da dívida com outras políticas económicas e um sistema de auditoria interna no Departamento da Dívida Pública. De um modo geral, a avaliação que a missão empreendeu da estratégia da dívida, das operações e da organização funcional mostra que o Níger tem uma forte vontade de aumentar a eficácia da sua gestão da dívida, mas precisa de continuar os seus esforços para implementar uma estratégia abrangente para cumprir as normas internacionais.

**Serra Leoa.** O WAIFEM conduziu uma Missão de Gestão Institucional de 31 de Julho a 4 de Agosto, que também concebeu um plano abrangente de fortalecimento de capacidades. A missão constatou que o Governo fortaleceu de forma significativa o seu enquadramento institucional, através da emenda da Lei dos Empréstimos e da introdução de uma nova Lei de Enquadramento Orçamental e Prestação de Contas bem como da inclusão de uma declaração clara da política de financiamento no orçamento para 2006. O Governo acordou recomendações para fortalecer os

níveis dos quadros através do seu destacamento; usar manuais de procedimentos para servirem de base às leis; e captar dados da dívida interna e de donativos em CS-DRMS. O Governo também realçou duas prioridades:

- Fortalecer a eficácia da ajuda através da formação de quadros na concepção de uma política de ajuda do Governo, na melhoria dos procedimentos de gestão da ajuda, na revisão das políticas e dos procedimentos dos doadores e credores para avaliar o alinhamento destes, na elaboração de um Compêndio das Políticas e dos Procedimentos dos Doadores e Credores e no estabelecimento de sistemas para prestação de contas mútua entre a Serra Leoa e os seus doadores.
- Fortalecer a capacidade de gestão da dívida interna através da concepção de uma estratégia para o aprofundamento dos mercados da dívida interna, do prolongamento dos perfis de vencimento e da redução das margens da taxa de juro, tomando em conta as políticas fiscal e monetária necessárias e os planos de desenvolvimento do sector financeiro.

**Metodologia do PFC PPME.** Nos últimos meses operaram-se os seguintes desenvolvimentos na metodologia do PFC para análise da estratégia da dívida:

- Os critérios para análise das políticas e dos procedimentos dos doadores e credores foram actualizados para incluir os indicadores de Paris de prestação de contas mútua em inglês e francês. Falta fazer actualizações nas outras línguas e a metodologia continuará a ser desenvolvida para ponderação e priorização de doadores e credores.
- O documento que explica como implementar o alívio da dívida IADM já foi actualizado para incluir os pormenores finais dos critérios de entrega do Banco Mundial e do FAD e seu impacto em novos desembolsos.
- Os modelos da dívida interna para análise dos sectores fiscal, monetário e financeiro e projecções das taxas de juro foram combinados num modelo interligado, que permite aos utilizadores avaliar o equilíbrio entre a procura e a oferta da dívida interna e efectuar ajustamentos no sentido do défice/excesso de oferta ou procura. O manual da dívida interna será actualizado para reflectir estes desenvolvimentos.
- Estão em curso trabalhos sobre como vincular o próximo quadro das IBW de sustentabilidade da dívida de longo prazo com a metodologia do PFC para ASD.
- A versão 2006 de Debt-Pro© publicada no início deste ano permite que se empreenda uma análise da sensibilidade das taxas de juro e de câmbio e estão em curso trabalhos para incluir esta análise na metodologia do PFC para ASD.

## Futuras Actividades

Até ao fim de 2006, o PFC PPME irá implementar as seguintes actividades:

- *Workshops Regionais:* Pôle-Dette sobre a prevenção de crises da dívida; WAIFEM sobre a

sustentabilidade da dívida de longo prazo.

- *Workshops Nacionais:* Angola, Bolívia, Burkina Faso, Comores, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiana, Quênia, Tanzânia e Zâmbia.
- *Missões Institucionais/de Acompanhamento:* Angola, Benim, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Costa do Marfim, Etiópia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Sudão e Uganda.
- *Governança:* o 13º Encontro Ministerial PPME em Singapura no mês de Setembro e o 18º Encontro do Comité Executivo em Tegucigalpa em Outubro-Novembro.
- *Colocações:* um perito não-OR na DRI/Oxford, um membro individual do MEFMI para o seu mentor e no Banco Mundial em Washington; peritos das regiões do CEMLA, do Pôle-Dette e do WAIFEM na DRI e no FMI.
- *Produtos de Informação:* publicações sobre Negociações da Dívida no âmbito da Iniciativa PPME Reforçada, e Melhores Práticas Institucionais e Legais para Gestão da Dívida, e a 29ª edição deste Boletim.

## Ensino à Distância

O primeiro ciclo do ensino à distância para a Fase 4 teve início a 4 de Setembro com 40 estudantes de 8 países e 3 organismos regionais. O processo de selecção de estudantes foi conduzido através de uma série de missões de avaliação de pedidos (MAP):

- Na região do Pôle-Dette, MAP ao Burkina Faso e Senegal seleccionaram 10 estudantes.
- Na região do CEMLA, uma MAP às Honduras seleccionou 6 estudantes.
- Na região do MEFMI, MAP ao Malawi e à Tanzânia seleccionaram 6 estudantes.
- Na região do WAIFEM, uma MAP à Serra Leoa seleccionou 5 estudantes.
- Na região não-OR, MAP à Etiópia e a São Tomé e Príncipe seleccionaram 6 etíopes (dois dos quais são financiados por um donativo da ACDI/CIDA) e 4 santomenses.
- Além disso, 1 membro individual do MEFMI, 1 membro dos quadros do BCEAO/BEAC e 1 membro dos quadros do WAIFEM irão estudar o programa.

Na Fase 4, o teor do programa foi alargado para incluir módulos da estratégia da dívida interna, bem como da estratégia da dívida externa, da estratégia dos novos financiamentos e dados da dívida. O programa também se encontra disponível nas quatro línguas do PFC (incluindo a língua portuguesa). Tal como na Fase 3, é atribuído a cada estudante um mentor, um perito nacional ou regional, que fornecerá comentários e *feedback* às tarefas do estudante. Um Coordenador Nacional em cada país é responsável pela monitorização dos progressos dos estudantes e pela preparação de dados e documentos nacionais usados pelos estudantes para os seus estudos. O programa de ensino à distância do PFC usa dados e documentos nacionais, em vez de um estudo de caso genérico, de modo que os estudos de cada estudante podem ser directamente aplicados ao seu trabalho. Cada estudante estudará quatro módulos à distância e finalizará os seus estudos num *workshop* residencial no último trimestre de 2007.

# UGANDA: INVESTIMENTO E LUCROS AUMENTAM EMPREGO E FAZEM O ACOMPANHAMENTO



**E**ste artigo resume as constatações do Inquérito de 2004 sobre os Capitais Privados Estrangeiros do Uganda. Este inquérito recolheu dados para 2001-3 usando um questionário melhorado. Estes dados foram usados a partir de 2005 para compilar a balança de pagamentos, mas a sua publicação está um tanto atrasada. Um inquérito actualmente em curso está a recolher dados para 2004-05 e será publicado até ao fim de 2006.

A equipa obteve a sua taxa de resposta mais elevada até à data (85%) graças a uma melhor consciencialização e implementação. Os dados representaram 90% do total dos passivos estrangeiros, que a equipa verificou face a inquéritos e balanços financeiros anteriores, e sobrevalorizou para questões de não-resposta, amostras e população, fazendo destes os dados mais fidedignos recolhidos até agora no Uganda. Não obstante, atrasos na resposta do sector privado conduziram a um período de recolha mais longo do que para inquéritos passados. Além disso, com a assistência da DFI e do MEFMI, os funcionários ugandeses reviram todos os dados de 1998 a 2003 para se certificarem de que a série cronológica era consistente.

## Constatações

Como a Tabela 1 mostra, o stock total de passivos estrangeiros aumentou durante o período em termos do valor contabilístico, mas o valor de mercado (VM) caiu ligeiramente em 2003, devido à depreciação da moeda.

O IDE foi superior a 80% do stock, do qual o capital social se manteve de longe a parte mais significativa. O stock de lucros reinvestidos aumentou de forma significativa em 2003, reflectindo níveis elevados de lucro. O stock de empréstimos aumentou, especialmente dos empréstimos de longo prazo. Os fluxos líquidos foram baixos, mas provavelmente subestimados devido a omissões de algum capital social novo.

A maior parte das entidades era muito especializada, estando 78% a operar num sector. O stock de capital directo foi sobretudo na manufactura (31%), nas finanças (19%), e no comércio por atacado (18%). Os maiores investidores eram residentes no Reino Unido, nos EUA, nas Maurícias, na Etiópia, no Quénia e nos Países Baixos. Os fluxos líquidos foram baixos, principalmente nas finanças, na manufactura e na construção, sendo provenientes do Quénia e do Reino Unido. O stock de capital de portfólio aumentou de forma significativa de uma base baixa. Foi de 95% nas finanças e na manufactura e proveniente de organizações internacionais do Quénia, Reino Unido, Índia, Hong Kong e Egipto. A maior parte do investimento efectivo foi em fábricas e maquinaria novas.

Tabela 1: Passivos Estrangeiros (US\$m)

Liabilities	2001		2002		2003	
	Stock (VM)	Fluxo (liq)	Stock (VM)	Fluxo (liq)	Stock (VM)	Fluxo (liq)
<b>1. Total (1+2+3)</b>	<b>1205</b>	<b>137</b>	<b>1416</b>	<b>35</b>	<b>1383</b>	<b>1383</b>
<b>2. IDE</b>	<b>983</b>	<b>90</b>	<b>1139</b>	<b>102</b>	<b>1171</b>	<b>1171</b>
<b>a. Capital social</b>	<b>642</b>	<b>5</b>	<b>753</b>	<b>2</b>	<b>724</b>	<b>724</b>
<b>b. Lucros Reinvestidos</b>	<b>43</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>52</b>
<b>c. Empréstimos (CP)</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>(9)</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
<b>d. Empréstimos (LP)</b>	<b>287</b>	<b>37</b>	<b>327</b>	<b>57</b>	<b>387</b>	<b>387</b>
<b>3. Não-IDE</b>	<b>187</b>	<b>2</b>	<b>196</b>	<b>(38)</b>	<b>160</b>	<b>160</b>
<b>a. Capital de Portfólio</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
<b>b. Empréstimos (CP)</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>27</b>	<b>27</b>
<b>c. Empréstimos (LP)</b>	<b>167</b>	<b>(3)</b>	<b>169</b>	<b>(48)</b>	<b>121</b>	<b>121</b>
<b>4. Outros Créditos</b>	<b>36</b>	<b>45</b>	<b>82</b>	<b>(29)</b>	<b>53</b>	<b>53</b>

Tabela 2: Rendimentos (US\$m salvo indicação em contrário)

	2002	2003
<b>1. Lucro líq. (2a + 2c + 3a)</b>	<b>60</b>	<b>85</b>
<b>a. Entidades lucrativas</b>	<b>101</b>	<b>115</b>
<b>b. Entidades não lucrativas</b>	<b>(42)</b>	<b>(30)</b>
<b>c. Lucros reinvestidos</b>	<b>42</b>	<b>52</b>
<b>2. Rendibilidade (lucro/investimento efectivo)</b>	<b>6</b>	<b>8</b>
<b>3. Juros vencidos e pagos</b>	<b>11</b>	<b>8</b>
<b>a. A empresas coligadas (IDE)</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>b. A empresas não coligadas</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
<b>4. Taxas de juro implícitas (%)</b>		
<b>a. A empresas coligadas (IDE)</b>	<b>1.0</b>	<b>0.4</b>
<b>b. A empresas não coligadas</b>	<b>4.1</b>	<b>5.2</b>

Os níveis da dívida, os desembolsos e pagamentos de principal aumentaram vertiginosamente durante o período. A manufactura registou a maior parcela do stock (33%), seguida dos sectores agrícola, de comércio por atacado e de "outros" sectores (incluindo o da electricidade e o mineiro). Os transportes e a construção também registaram grandes aumentos da dívida. A mais elevada exposição à dívida é à França e a Organizações Internacionais, e o Reino Unido, a França e a Alemanha mostraram as taxas mais elevadas de aumento. Os desembolsos de empréstimos excederam de longe a equidade, e concentraram-se na agricultura e na manufactura, tendo a sua origem principalmente na França, no Quénia, no Reino Unido e na Suíça, embora se tenham reportado grandes aumentos para as Ilhas Virgens, as Bermudas e Organizações Internacionais.

A maior parte do stock da dívida foi a longo prazo e de empresas coligadas, que registaram uma parcela crescente de stock e fluxos relativos à dívida de fontes não relacionadas. Conforme discutido em edições anteriores deste Boletim, a dívida relacionada tende a ter condições mais flexíveis e concessionais, mas também a ser mais volátil em resposta a desenvolvimentos macroeconómicos e do mercado.

A Tabela 2 mostra que a rendibilidade global do capital próprio aumentou de 6% para 8%, e o número

de empresas lucrativas cresceu de 101 para 115, emitindo um forte sinal positivo para investidores existentes e potenciais para o Uganda. O nível de perdas e o número de entidades não lucrativas também caiu. Em termos de uso de lucros, os investidores de capital directo receberam um grande aumento dos dividendos pagos, mas o nível de lucros reinvestidos como investimento adicional subiu em 25%.

Os juros vencidos e pagos caíram. Isto reflecte um aumento da parcela da dívida com condições mais flexíveis de empresas coligadas, cujo "juro implícito" (proveniente de juros vencidos e pagos face à média do stock da dívida) é mais baixo do que para a dívida de fontes "não relacionadas" e caiu durante 2003. No entanto, as taxas de juro implícitas sobre a dívida de fontes não relacionadas subiu de forma significativa em 2003.

Contudo, o desempenho dos sectores variou muito. Os sectores com a maior rendibilidade média foram as finanças (18%) e o comércio por atacado (14%), mas o sector agrícola reportou perdas e, dado o seu papel de produtor e empregador chave no âmago da estratégia do Uganda para redução da pobreza, este resultado apresenta um desafio aos decisores, doadores e às empresas. Os níveis mais elevados de dividendos declarados foram no comércio por atacado e nas finanças.

# NTAM, MAS É NECESSÁRIO CRIAR MAIS DOS ACTIVOS

O desempenho por país de origem também variou. Os investimentos do Reino Unido, dos EUA e das Maurícias foram os mais lucrativos. Os investidores do Reino Unido declararam e pagaram os níveis mais elevados de dividendos, mas reinvestiram menos em termos de percentagem. Por contraste, os investidores da Suécia, da Etiópia e da Suíça reinvestiram todos os seus lucros em 2002, tal como os investidores da Etiópia e da Bélgica em 2003.

Apesar de um forte (11%) aumento do volume total, o emprego registou um crescimento muito lento (de apenas 2%). As mulheres trabalhadoras registaram um maior crescimento do emprego, mais especificamente em cargos de gestão e supervisão (20%) e as receitas subiram em 5% (tendo-se os aumentos concentrados nas finanças, na manufactura e nos transportes). Existe uma forte necessidade de assegurar um aumento mais rápido do emprego e das receitas em conformidade com o investimento e os lucros, para que os CPE possam dar uma grande contribuição para o crescimento e a redução da pobreza na Uganda.

O inquérito também captou dados sobre activos estrangeiros em maior escala do que em anos anteriores, mas os dados continuam a ser consideravelmente subestimados devido à dificuldade de fazer um acompanhamento das *holdings* estrangeiras. A maior parte do capital próprio captado foi na manufactura e nas finanças, tendo algum sido nos transportes. Registaram-se créditos comerciais significativos a entidades não coligadas e verificou-se uma subida para US\$187m de valores monetários (*holdings*), depósitos e empréstimos de curto prazo a entidades coligadas no fim de 2003.

## Recomendações

O inquérito sugere as seguintes recomendações para futuros trabalhos:

### 1) Monitorização:

- Melhorar a monitorização de activos através de censos e inquéritos aos agregados familiares, e comparação com conjuntos de dados internacionais.
- Fortalecer a parceria pública-privada e sincronizar a monitorização com os anos financeiros das empresas para assegurar que os dados são

fornecidos com maior celeridade.

- Capturar receitas e lucros futuros previstos.

### 2) Análise e Políticas

- Estabelecer tratados bilaterais de investimento com países de origem de CPE principais.
- Investigar quais os factores que influenciam as taxas de juro na dívida do sector privado.
- Analisar a razão por que os países de origem se comportam de forma tão diferente em termos de repatriação/reinvestimento.
- Aprofundar mais os mercados financeiros para atrair investidores de *portfolio*.
- Empreender um estudo específico de um sector sobre como aumentar o investimento e os lucros na agricultura.
- Aprofundar questões sobre aspectos da promoção do emprego e da responsabilidade social das empresas.

Para mais informações, queira visitar os *websites* do Banco do Uganda (BOU) ([www.bou.or.ug](http://www.bou.or.ug)), da Autoridade de Investimento do Uganda (UIA) ([www.ugandainvest.com](http://www.ugandainvest.com)), e do Gabinete de Estatística do Uganda (UBOS) ([www.ubos.org.ug](http://www.ubos.org.ug)).



## ACTUALIZAÇÕES DAS ACTIVIDADES DO PFC CPE

Nos últimos meses, o PFC CPE continuou a operar progressos a nível dos países, avançou no financiamento da fase 3 e melhorou a sua metodologia, o seu *software* e *website*.

### PROGRESSOS DOS PAÍSES

Os países do programa operaram progressos conforme o seguinte:

- A **Bolívia** está a ultimar a sua proposta de participação na fase 3.
- O **Burkina Faso (1º Ciclo)** já ultimou o seu trabalho no terreno, aumentou dramaticamente a sua taxa de resposta e irá disseminar os resultados na última semana de Setembro.
- Os **Camarões (1º Ciclo)** estão a ultimar dados/análise, estando a sua disseminação prevista para o mês de Outubro.
- A **Gâmbia (2º Ciclo)** tem uma taxa de resposta de 80%. Está a acolher uma Missão de Acompanhamento no mês de Setembro e a planear disseminar as constatações no 4ºT.
- O **Gana** está a ultimar financiamento do Banco Mundial para lançar uma Missão de Avaliação de Pedidos no 4ºT.
- As Honduras solicitaram formalmente apoio do PFC CPE e estão a fazer *lobby* junto dos doadores para angariar financiamento.
- O **Quénia** está a ultimar o seu financiamento do Banco Mundial para o programa para uma MAP no 4ºT.

- O **Malawi (3º Ciclo)** já ultimou o seu trabalho no terreno, está a verificar os dados para uma publicação antecipada no 3ºT e um seminário de disseminação no 4ºT. Também tem estado a explorar perspectivas de financiamento de doadores locais para futuros ciclos.
- A **Nicarágua (1º Ciclo)** continua a efectuar o seu trabalho no terreno e uma Missão de Acompanhamento será realizada no 4ºT com o objectivo de disseminar antes do fim do ano.
- O **Ruanda** está a ultimar a sua proposta de projecto na sequência de um pedido formal de assistência do PFC CPE.
- A **Tanzânia (3º Ciclo)** acolheu uma missão sobre a qualidade de dados e a redacção de relatórios no mês de Agosto, conduzida e organizada pelo MEFMI e com quadros compostos por peritos regionais. Está previsto um *workshop* de encerramento de disseminação de resultados para o 4ºT a combinar com uma formação para lançar o 4º Ciclo.
- O **Uganda (5º Ciclo)** obteve uma taxa de resposta de 35% no seu trabalho no terreno. Encerrará o ciclo e publicará a sua análise no 4ºT.
- A **Zâmbia** continua a explorar perspectivas de financiamento para participar na fase 3.

### OUTRAS ACTIVIDADES

Entre outras actividades, o PFC CPE:

- Ultimou o documento da fase 3, incluindo grandes aumentos do financiamento dos organismos regionais de implementação, assim como o calendário para o desembolso de financiamento básico para a fase 3 do PFC CPE.
- Melhorou o **Software do PFC CPE**. A nova versão (1.70.1.2) possibilita um processamento muito mais rápido dos dados e inclui melhorias solicitadas pelos peritos dos países durante o *Workshop* de Formação de Formadores em Setembro de 2005. Pedimos aos utilizadores para descarregarem esta versão e darem feedback à DFI. O website de EIS presta agora informações sobre actualizações técnicas para a atenção dos peritos do software. Exortamos os utilizadores a descarregar ambas do website de EIS e enviar comentários a EIS e à DFI: <http://www.evinsol.co.uk/software>.
- Conduziu um **seminário de doadores**, em colaboração com a SECO no mês de Setembro, para disseminar as constatações do programa à SECO e a outras agências doadoras.
- Concebeu uma **metodologia melhorada** para questionários sobre a percepção dos investidores e a responsabilidade social das empresas.
- Continuou a disseminar **Briefings electrónicos do PFC CPE** de seis em seis semanas e colocou *Briefings anteriores* no *website* do PFC CPE.

- Colocou **relatórios analíticos** dos países no website do PFC numa nova página, *Relatórios dos Países (Country Reports)*, no sítio aberto, incluindo a citação de links para os sítios dos países quando disponíveis.
- Actualizou a página da **Situação dos Países (Country Status)** no website do PFC CPE.
- Criou uma nova página de **Software** no website do PFC CPE.
- Melhorou a sua coordenação com as unidades da OCDE de análise e estatística do IDE.

## FUTURO PROGRAMA DE TRABALHO

Nos próximos meses, o PFC CPE irá:

- onduzir missões de acompanhamento à Gâmbia (3ºT) e à Nicarágua (4ºT), *workshops* de encerramento no Burkina Faso (3ºT), nos Camarões (4ºT), no Malawi (4ºT), na Nicarágua (4ºT), na Tanzânia (4ºT) e na Gâmbia (4ºT) e missões de avaliação de pedidos ao Gana e ao Quênia (4ºT).



**Seminário de formação e missão sobre series temporais, Tanzania**

- Ultime o rascunho da publicação sobre constatações analíticas (4ºT).
- Melhorar e actualizar o website, o software e os materiais técnicos.
- Produzir e disseminar *Briefings* electrónicos do PFC CPE em 3 línguas de seis em seis semanas.

## CAPITAIS PRIVADOS ESTRANGEIROS: PERGUNTAS FREQUENTES

### COMO DEVERÃO OS PAÍSES ANALISAR A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS?

**A**ntes de 2002, o PFC CPE focava em grande medida na recolha e análise de dados sobre a balança de pagamentos e as percepções/intenções dos investidores. Estes foram muito úteis para os decisores dos sectores público e privado e para os doadores.

Contudo, a nível internacional, também se aceita de um modo geral que os CPE podem contribuir muito para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável através da responsabilidade social das empresas (RSE). Não obstante, a maior parte da monitorização e análise destes recursos tem sido efectuada através de auto-relatórios de Pontos de Contacto Nacionais (PCN), excluindo Governos de países em desenvolvimento e organizações do sector privado. A OCDE, por exemplo, estabeleceu um sistema de "Pontos de Contacto Nacionais" (PCN), responsáveis por incentivar a consciencialização, a compreensão e a observância das *Directivas para Empresas Multinacionais (EMN) da OCDE (OECD MNE Guidelines)* a nível nacional, e lidar com queixas da parte de sindicatos/associações sindicais e ONG, mas estes não monitorizam formalmente o desempenho da companhia face às *Directivas* nem têm contacto com as autoridades nacionais.

A melhor prática prevê que os auto-relatórios dos PCN precisam ser verificados face a outras fontes. Como consequência, os países que participam no PFC CPE exigiram que a fase 2 (ver também a 12ª edição) e a fase 3 melhorassem a monitorização e análise destes aspectos dos CPE. Este artigo discute como se pode efectuar isto.

A RSE foca nos benefícios não-financeiros (ou custos) do investimento e seu impacto no desenvolvimento e na

redução da pobreza. Isto implica a monitorização e análise do seu impacto no ambiente, na sociedade e na governação. Este artigo cobre potenciais benefícios, códigos internacionais, desafios de implementação e implicações para a metodologia, a análise e as políticas.

#### Contribuições das Empresas

Os pareceres quanto à forma como as empresas deverão contribuir para a redução da pobreza e o desenvolvimento divergem muito, desde "tudo deverá ser deixado ao mercado", a "as empresas deverão efectuar doações de caridade", e ainda "as empresas deverão fazer do desenvolvimento nacional parte integrante das suas actividades centrais". A Comissão Britânica para África (2005) descreve esta última abordagem como:

- Melhoria dos números, níveis, equilíbrio entre os géneros e formação nos postos de trabalho locais.
- Estreitamento dos laços entre os investidores estrangeiros e as médias, pequenas e micro-empresas.
- *Lobbying* para assegurar que os governos melhorem o clima de investimento.
- Melhoria dos processos de produção para assegurar que os bens sejam produzidos com maior possibilidade de escolha, a um custo mais baixo, para que os mais pobres possam ter acesso máximo, e com um mínimo de impactos ambientais negativos.
- Prestação de serviços sociais: ou através do pagamento de impostos ao governo, ou através de pagamento directo por serviços de educação, habitação e saúde para os trabalhadores e suas famílias.

#### Iniciativas Internacionais

Existem muitas iniciativas internacionais para promover a

RSE, incluindo directivas promovidas por organizações internacionais (OIT, OCDE, CNUCED), normas nacionais, esquemas de certificação (Organização Internacional de Normalização, ISO), iniciativas voluntárias (Global Compact da ONU), índices financeiros transversais (FTSE4Good) e directivas para prestação de contas (Prestação de Contas e a Global Reporting Initiative – GRI). Acompanhar os desenvolvimentos operados em todas estas actividades implicaria uma carga de trabalho imensa para os países em desenvolvimento.

Felizmente, existe um consenso crescente no sentido de focar em códigos tais como o *Global Compact* da ONU, as *Directivas para EMN da OCDE (OECD MNE Guidelines)* e a *Convenção contra o Suborno (Bribery Convention)*, a *GRI*, e a *Declaração Tripartida sobre os Princípios Relativos às EMN e à Política Social da OIT (ILO Tripartite Declaration of Principles Concerning MNEs and Social Policy)*.

#### ...e desafios na sua aplicação

Embora as normas ambientais sejam sofisticadas e bem estabelecidas, as normas sobre a responsabilidade social são muito menos consistentes. Muitos códigos estão escritos tendo em mente as EMN e precisam ser adaptados a grandes empresas locais e a PME.

O aspecto crucial é assegurar que a monitorização e análise foquem na entrega e não a existência de directivas e sistemas de políticas. A análise internacional indica que os PCN estão mais avançados em directivas e sistemas que lhes permitem promover uma imagem positiva nos países sede, ao passo que as PME mostram mais progressos na entrega.

A maior parte dos códigos internacionais é voluntária e depende da persuasão moral, o que significa que os fornecedores de CPE não sentem grande pressão para aplicar esses códigos, excepto para conseguir uma publicidade positiva. Mesmo nos casos em que as leis dos países em desenvolvimento insistem na aplicação estrita das normas, os PBR não têm capacidade para monitorizar e verificar a observância destas por parte das empresas.

### Monitorização

Os governos precisam focar na monitorização das actividades das empresas e incentivar uma conduta consistente com estratégias de desenvolvimento sustentáveis. Cada uma das áreas acima requer que as equipas dos países:

- Consultem em grande escala as partes interessadas relevantes (sectores público e privado, doadores, sociedade civil) para definir prioridades e dados necessários.
- Avaliem as fontes de informação existentes (auto-relatórios das empresas, prestação de contas directa aos ministérios sectoriais, organizações que funcionem como observatórios das empresas, etc.).
- Identifiquem dados que teriam de ser recolhidos através de inquéritos directos.
- Acordem metodologia, partilha de informações e planos de acção para políticas entre as partes interessadas.

Dada a novidade e a sensibilidade de certas questões, os países decidem muitas vezes introduzir as questões de RSE gradualmente. Formulam uma lista seleccionada de perguntas a partir do seguinte:

- *Criação de emprego* por tipos: géneros, nacionais (e grupos autóctones) versus estrangeiros, função (por exemplo, gestão, especializado, não especializado...).
- *Formação* por tipos: rácio orçamento para formação/custos de operação anuais; número de formados; média das horas de formação por empregado por ano; transferibilidade de competência.
- *Remuneração e benefícios* por tipos: montante despendido em salários, vencimentos, benefícios em caso de doença e acidentes de trabalho, instrução para os filhos dos empregados, licença de maternidade,

invalidez, habitação, benefícios de reforma; (rácio salário mais baixo/mais elevado).

- *Direitos do trabalhador*: liberdade de associação e negociação colectiva; percentagem de trabalhadores sindicalizados; número de dias de trabalho perdidos por greve; parcela do Conselho representada por trabalhadores; gastos na saúde e segurança; número de acidentes de trabalho.
- *Direitos humanos*: número de horas de trabalho diário; idade mínima de recrutamento; direitos dos povos autóctones.
- *Ligações a empresas locais*: gastos no apoio a PME locais; fornecedores de monitorização; percentagem despendida em fornecedores locais e não em estrangeiros.
- *Distribuição de bens aos consumidores mais pobres*: montante despendido na adaptação ou no fornecimento de bens de custo mais baixo aos pobres, em infra-estruturas e redes de distribuição, e na formação dos consumidores no uso destes.
- *Serviços sociais*: montante despendido na comunidade mais ampla: habitação, serviços de saúde, programas de HIV/SIDA, infra-estruturas e serviços de utilidade pública, escolas.
- *Ambiente*: montante despendido em novas tecnologias, fomento do uso de recursos renováveis, mitigação de danos ambientais, reciclagem, redução da descarga de emissões poluentes e do uso de energia.
- *Suborno e corrupção*: gastos em formação anti-suborno, montante de dinheiro perdido.

### Uso dos dados

#### Verificação

Verificar necessidades de auto-relatórios através de consultas:

- Aos órgãos nacionais: ministérios, agências de promoção do investimento, autoridades regulamentadoras, organizações do sector privado.
- Às empresas: *websites* e relatórios.
- Às ONG *ad hoc* que monitorizam o desempenho das empresas (por exemplo, Observatório da OCDE, Amigos da Terra, Amnistia Internacional, Observatório de Empresas...).

- Aos órgãos de comunicação social locais e internacionais.
- Aos Pontos de Contacto Nacionais da OCDE e a contrapartes diplomáticos não-OCDE.

### Análise e Implicações para as Políticas

Vários passos analíticos e de políticas deverão emergir de uma melhor monitorização:

- Criação de perfis de empresas para avaliar o desempenho, a observância dos códigos, os progressos operados e os passos seguintes, revendo o desempenho da empresa com o decorrer do tempo.
- Uso de perfis (ou informações de outros países) para proporcionar uma cobertura positiva dos órgãos de comunicação social e distribuir prémios às empresas com o melhor desempenho, incentivar as melhores práticas do sector privado para aumentar o valor das partes interessadas, os lucros distribuídos aos empregados, ou as oportunidades de mercado para os mais pobres.
- Concepção de planos de acção para políticas sectoriais e globais para melhorar o desempenho da RSE.
- Aperfeiçoamento das estratégias de promoção do investimento e de incentivos fiscais para focar nos objectivos da RSE.
- **Trabalhar com a comunidade internacional** (por exemplo através dos PCN da OCDE e de ONG) para incentivar uma melhoria do desempenho das empresas – ver [www.oecdwatch.org](http://www.oecdwatch.org) para actualizações da situação dos casos apresentados aos PCN.

Como resultado das acções do PFC, muitos países já monitorizam a RSE parcialmente através de uma lista de perguntas seleccionadas. Porém, é necessária uma abordagem muito mais abrangente em metodologia, análise, políticas e consultas a um grupo mais amplo de partes interessadas nacionais e internacionais, servindo-se na íntegra de iniciativas e leis nacionais e internacionais. A próxima edição do Boletim do PFC CPE apresentará questões mais precisas para inquéritos sobre a RSE.

<sup>1</sup> Ver [http://www.12manage.com/methods\\_prahalad\\_bottom\\_of\\_the\\_pyramid.html](http://www.12manage.com/methods_prahalad_bottom_of_the_pyramid.html)

# PERGUNTAS TÉCNICAS SOBRE O ALÍVIO DA DÍVIDA

## ADVOCATES FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (A4ID)

**D**esde 1997, os PPME têm solicitado assistência para impedir ou vencer processos jurídicos movidos por credores que não desejam fornecer alívio da dívida comparável a PPME. Finalmente em 2006 estabeleceram-se estruturas para prestar esse tipo de assistência.

A A4ID é uma nova organização independente sediada em Londres, que presta assessoria e assistência jurídicas gratuitamente a países em desenvolvimento e a ONGs na área de desenvolvimento. A A4ID tem por objectivo servir-se da competência dos advogados internacionais da mais alta qualidade, a fim de proporcionar o acesso à justiça para promover os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, nas áreas do comércio, dívidas e financiamento, património intelectual, desenvolvimento, governação e fortalecimento de capacidades. Uma área-chave do nosso trabalho reside em ajudar os países em desenvolvimento a ultrapassar problemas jurídicos relacionados com a dívida. A A4ID concentra-se em:

- **Prestar assessoria em casos de processos jurídicos e pedidos de arbitragem relacionados com empréstimos existentes.** As empresas membros da A4ID já estão a representar uma série de países devedores na defesa de pedidos de arbitragem e de natureza jurídica movidos por uma gama de credores, operando através dos advogados internacionais com maior experiência de litígio e arbitragem. Para além de proporcionar esta representação, a A4ID está a empreender estudos de diligência adequados sobre potenciais litigantes, para que essa informação possa ser usada para assistir outros países no futuro, e a preparar documentos de estudos de casos sobre melhores práticas para os países em desenvolvimento e os advogados poderem usar na defesa de acções de litígio e arbitragem.
- **Prestar assessoria e ministrar formação em futuras iniciativas de financiamento e contratos de empréstimo.** A A4ID está a planear uma série de workshops de formação para desenvolver a

capacidade e compartilhar conhecimentos com representantes dos países devedores, a fim de assegurar que estes sejam mais capazes de se defenderem contra litígios, especialmente no nível nacional, e que futuros contratos de empréstimo sejam menos susceptíveis a acções judiciais. Estes irão examinar as melhores práticas em litígios, assim como aspectos-chave de novos empréstimos tais como jurisdição, lei aplicável, o que deverá ou não ser incluído para proteger os interesses do devedor, a imunidade soberana e a cessão de instrumentos da dívida.

Toda a assistência da A4ID é prestada a título pro bono (i.e. gratuitamente), embora mobilize a competência dos advogados internacionais da mais alta qualidade. Para mais informações sobre a A4ID e o seu trabalho em prol da dívida, queira contactar Nick Flynn no endereço [Nick.Flynn@Weil.com](mailto:Nick.Flynn@Weil.com) ou Katie Frith no endereço [katie.frith@a4id.org](mailto:katie.frith@a4id.org).

# PERGUNTAS TÉCNICAS SOBRE O ALÍVIO DA DÍVIDA

## COMO DEVERÃO OS PAÍSES PRESTAR CONTAS DO ALÍVIO DA DÍVIDA IADM?

### 1) Alívio do FMI

A dívida ao Fundo cabe ao banco central como o devedor. Por isso, o alívio da dívida do Fundo resulta numa redução do passivo externo do banco central e

- ou num aumento correspondente do passivo interno do banco central (i.e. depósitos do governo no banco central) ou do seu capital próprio (i.e. lucros do banco central);
- ou numa diminuição correspondente dos créditos do banco central ao governo.

Como resultado, o activo externo líquido aumenta e o activo interno líquido diminui consoante o montante do alívio da dívida do FMI, enquanto a base monetária se mantém inalterada.

A tabela seguinte descreve três casos que dependem dos acordos celebrados dentro de um país para a transferência de recursos do alívio da dívida do FMI entre o banco central e o governo:

**Caso A:** a dívida ao FMI cabe ao banco central e não se concederam empréstimos ao governo:

Alternativa 1: acordo que as receitas do alívio da dívida são transferidas para o governo;

Alternativa 2: o alívio da dívida reflecte-se nos lucros mais elevados do banco central;

**Caso B:** a dívida ao FMI cabe ao banco central e concederam-se empréstimos ao governo;

**Caso C:** a dívida ao FMI cabe directamente às autoridades fiscais

Todos os países pós-PPME tiveram de concluir acordos entre os seus bancos centrais e Governos no que respeita à transferência do alívio da dívida do FMI para o orçamento. Estes acordos variam entre o total de recursos depositados em contas especiais no banco central (Madagáscar, Moçambique, Ruanda e Tanzânia) e transferências ad hoc acordadas (Gana) e transferências efectuadas pelos bancos centrais em conformidade com o serviço da dívida previamente planeado (Guiana, Honduras, Uganda e Zâmbia). Além disso, os países adoptaram diferentes calendários para o uso dos recursos, tal como 3 anos no Gana, 4 anos em Moçambique e 10 anos em Madagáscar.

O tratamento do alívio IADM nas contas fiscais implica dois passos:

- reflexão da componente de donativo do alívio do stock IADM, que será diferente dependendo das modalidades da transferência da componente de donativo e se o país compila as suas contas fiscais numa base de caixa ou numa base

patrimonial. Isto figurará sob o item de linha de donativos de receitas

- prestação de contas de novos juros e calendários de amortização para o passivo externo pendente restante.

Na balança de pagamentos, o alívio IADM é reportado como um lançamento a crédito (entrada) na conta de capital sob o governo geral (ou outros sectores se o banco central for o devedor), com um lançamento a débito correspondente que mostre uma redução equivalente de dívidas ao Fundo na conta financeira sob outros investimentos – passivo. As reservas internacionais brutas não são

inicialmente afectadas.

### 2) Alívio da AID e do BAD

Implica uma anulação directa da dívida às autoridades fiscais. Por isso, não se prevê que o alívio destas duas instituições surta qualquer efeito nas contas monetárias, ao passo que o efeito na balança de pagamentos será semelhante ao efeito para o Fundo. O impacto do alívio da AID e do BAD na conta fiscal depende de as contas fiscais de um país serem compiladas numa base de caixa ou numa base patrimonial. A tabela abaixo mostra o impacto numa base de contabilidade de caixa.

Impacto nas contas monetárias do alívio IADM do FMI				
	Caso A		Caso B	Case C
	Alternativa 1	Alternativa 2		
Activo externo líquido	+ 500	+ 500	+ 500	0
Activo externo				
Passivo externo	- 500	- 500	- 500	
Activo interno líquido	- 500	- 500	- 500	0
Créditos líquidos ao governo	- 500	0	- 500	
Créditos ao governo	0	0	- 500	
Depósitos do governo	+ 500	0	0	
Outras itens líquidos	0	- 500	0	
Activo		0		
Passivo e capital		- 500		
Base monetária	0	0		0

Impacto do alívio IADM da AID/do BAD nas contas fiscais – base de caixa	
	Alterações orçamentais para a IADM
Receitas	
Despesas	
Juro da AID e do BAD	-5
Saldo global	+ 5
Financiamento:	- 5
Externo, do qual AID e BAD	35
Interno, do qual	
depósitos do Governo relacionados com IADM*	- 40
Itens de memorando:	
Dívida do sector público (após IADM)	-750
Alívio da dívida IADM da AID e do BAD	750
Alívio da dívida IADM do BAD	250
Poupanças de amortização IADM da AID e do BAD	35
Poupanças de juro IADM	5

\* este montante resulta do 'excesso' de financiamento no caso de base, anterior a qualquer ajustamento pós-IADM de financiamento (por exemplo, redução) ou gastos (aumento)